

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**ADOÇÃO, AS PALAVRAS QUE NOS VÊM AO PENSAMENTO: ESTUDO  
EXPLORATÓRIO DAS REPRESENTAÇÕES DE ADULTOS DA POPULAÇÃO  
GERAL**

**Daniela Patrícia Pinto Gonçalves**

Junho 2017

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Margarida Rangel Henriques (FPCEUP).

## AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## **Agradecimentos**

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e contributo de diversas pessoas. Assim sendo, gostaria de expressar a minha gratidão a todos aqueles que, de uma forma mais ou menos direta, contribuíram para a conclusão de todo este processo.

Agradeço à Professora Doutora Margarida Rangel Henriques pela orientação, empenho e dedicação que manifestou ao longo deste processo, bem como pela oportunidade que me deu na elaboração deste trabalho. Agradeço-lhe ainda o facto de me ter ajudado a avistar a luz ao fundo do túnel, quando tudo parecia estar perdido.

À Doutora Inês Rothes pela sua disponibilidade e prontidão em colaborar no projeto, ajuda essa fundamental para a sua conclusão.

Agradeço aos meus pais por nunca terem desistido de mim e por sempre me incentivarem a continuar a minha jornada. Sem a persistência deles talvez este dia não chegasse.

Não posso deixar de agradecer ao meu irmão, meu porto seguro, que mesmo de forma inconsciente me ajudou a ultrapassar os inúmeros obstáculos que se cruzaram no meu caminho.

Exprimo ainda o meu afetuoso agradecimento à Ana Mateus, amiga e confidente de todas as horas e à Margarida Rodrigues, por me ajudarem a ver o lado menos negro das coisas e por estarem lá sempre que precisei de uma palavra amiga.

Um agradecimento especial à minha estrelinha protetora que sempre me iluminou.

De uma forma geral, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.”*

*Albert Einstein.*

## Resumo

A adoção, embora muito desejada, quer por um casal, quer a nível individual, consiste num processo moroso que tem como objetivo primeiro permitir à criança concretizar o direito fundamental de crescer, beneficiando do direito de crescer no seio de uma família que lhe dê amor, segurança e conforto. Quando falamos em adoção devemos ter presente que se trata de um processo, indissociável do discurso sociocultural, o qual, por sua vez, vincula inúmeros mitos e preconceitos, impostos pela sociedade o que, em muitos casos, pode contribuir para a fracasso da mesma. O presente estudo teve como objetivo perceber quais as representações sociais que adultos da população portuguesa, em geral, têm acerca da adoção.

Para o efeito, recorrendo-se na investigação à Técnica da Associação Livre (TAL), apresentada pela sociologia para o estudo das representações sociais, formulou-se uma “questão aberta” em que era pedido aos participantes que escrevessem palavras soltas ou expressões (no fundo, as primeiras ideias que lhes surgissem) assim que pensavam em *adoção*. O estudo contou com uma amostra de 531 participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 74 anos, média de 33.04 ( $DP=12.02$ ), 359 (67.6%) de mulheres e 172 (32.4%) de homens. Os resultados obtidos, especificamente o índice de riqueza ou homogeneidade baixo (0.14) são reveladores da existência de uma mesma representação social para o fenómeno da adoção entre a população Portuguesa adulta. A partilha da mesma representação social surge, no entanto, ligeiramente mais vincada nas mulheres (0.16) do que nos homens (0.23) e nas pessoas sem filhos (0.16), do que nas pessoas com filhos (0.21). Os índices de Ellegard obtidos revelam que os campos semânticos entre géneros e entre pessoas com ou sem filhos são moderadamente semelhantes. As expressões são predominantemente positivas e focadas no afeto, na oportunidade para pais e crianças, e na relação. A única expressão reveladora de dificuldades que surge entre as expressões mais importantes no pensamento dos respondentes está relacionada com a morosidade do processo. Estes resultados são assim sugestivos de uma representação social positiva, focada nas necessidades das crianças, na valorização de quem se disponibiliza para as adotar e no facto de constituir um processo focado no amor. Dir-se-ia que estas representações sociais parecem contrastar com as de outras épocas em que se encontrava um discurso social muito focado nos problemas que poderiam advir da adoção, para os adotantes. Finalmente, permite pensar que se as ideias espontâneas da população se aproximam do direito da criança a uma família, estará criado o contexto para com consistência conduzir as práticas profissionais e as atitudes da sociedade em geral, no sentido do cumprimento do superior interesse da criança.

**Palavras-chave:** Adoção, representações sociais, de adultos da população geral, TAL.

## Abstract

Adoption, although much desired by both a couple or on a more individual level, it consists of a lengthy process that first aims to enable the child the fundamental right to grow, benefiting from the right to grow up within a family that can provide love, safety and comfort. When speaking of adoption we can never forget it is a process, indistinguishable from the sociocultural speech, which, in turn, reports uncountable myths and prejudices imposed by society which, in many cases, can contribute to its failure. The aim of this study was to understand what social representations that adults from the Portuguese population, in general, have about adoption.

For this purpose, making use for the research of the Free Association Technique (FAT), used by Sociology for the study of social representations, was asked an “open question” to which the participants to write individual words or expressions (basically, the first thoughts that occurred them) once they thought of adoption.

The study sample was of 531 participants, aged between 18 and 74 years, with an average of 33.04 (SD=12.02), 359 (67.6%) were women and 172 (32.4%) were men. The results obtained, in particular the wealth or low uniformity rating (0.14) are signs of the existence of one same social representation for the adoption phenomenon among adult Portuguese population. The sharing of the same social representation occurs, however, slightly more highlighted in women (0.12) than in men (0.23), and in people without children (0.16) than in people with children (0.21). The Ellegard indexes obtained reveal that the semantic fields between genders and between people with or without children are moderately similar. The expressions are dominantly positives and focused on affection, in the opportunity for parents and children, and in the relation. The only expression that reveals difficulties that appears amongst the most important expressions in the respondents' thoughts is related to the length/delay in the process. These results are therefore evocative of a positive social representation, focused in the children needs, in the appreciation of the people that are willing to adopt and in the fact of being a process focused in love. One might say that these social representations seem to be different of those from other times where there was a social speech specially focused in the problems that might arise from adoption, for the adopters. Finally, allows one to think that if the spontaneous ideas of the population are very close to the right of a child to a family, it is prepared the context so that consistently lead the professional practices and the attitudes of the society in general, in the direction of fulfilling the best interest of the child.

**Keyword:** Adoption, social representations, adults of the society in general, FAT

## Résumé

L'adoption, bien que très souhaitable, que ce soit par un couple ou individuellement, est un long processus qui a pour objectif principal de permettre à l'enfant le droit fondamental de croître, bénéficiant du droit de grandir dans une famille qui vous donnera l'amour, la sécurité et le confort. Quand on parle de l'adoption, nous ne devons pas oublier qu'il est un processus indissociable du discours socioculturel, qui, à son tour, se fixe de nombreux mythes et préjugés imposés par la société qui, dans de nombreux cas, peuvent contribuer à l'échec de la même. Cette étude visait à comprendre ce que les représentations sociales que les adultes de la population portugaise en général ont sur l'adoption.

A cet effet, le dessin de la recherche sur la technique de l'association libre (TAL), présenté par la sociologie à l'étude des représentations sociales, a été formulé une « question ouverte » où a été demandé aux participants d'écrire des mots simples ou des phrases (en arrière-plan, les premières idées qui les posent) afin qu'ils pensaient de l'adoption. L'étude a porté sur un échantillon de 531 participants âgés de 18 à 74 ans, moyenne 33,04 (SD = 2.12), 359 (67,6%) femmes et 172 (32,4%) des hommes. Les résultats, en particulier l'homogénéité de l'indice de richesse et faible (00:14) révèlent l'existence d'une représentation pour le même phénomène social d'adoption dans la population portugaise adulte. Partageant la même représentation sociale se pose, cependant, l'esprit léger plus fortement chez les femmes (12:16) que chez les hommes (00h23) et les personnes sans enfants (12:16) que chez les personnes ayant des enfants (0:21). Les indices obtenus Ellegard révèlent que les champs sémantiques entre les sexes et entre les personnes avec ou sans enfants sont moyennement similaires. Les expressions sont principalement positives et d'affection ciblée, la possibilité pour les parents et les enfants, et la relation. La seule expression révélant des difficultés qui peuvent surgir entre les expressions les plus importantes dans la pensée répondants est liée à la lenteur du processus. Ces résultats sont si évocateurs d'une représentation sociale positive, axée sur les besoins des enfants, dans l'appréciation de qui est disponible pour l'adoption et le fait qu'il est un processus axé sur l'amour. Nous dirions que ces représentations sociales semblent en contraste avec les autres fois, il était dans un discours social très axé sur les problèmes qui pourraient résulter de l'adoption, pour adopter. Enfin, pour suggérer que les idées spontanées de la population sont proches du droit de l'enfant à une loi de la famille, il sera créé le cadre pour mener systématiquement les pratiques professionnelles et les attitudes de la société en général, en vue d'atteindre l'intérêt supérieur de l'enfant.

**Mots-clés:** Adoption, représentations sociales des adultes de la population générale, TAL.

## Índice

<b>1. Introdução</b> .....	1
2. Enquadramento teórico.....	2
<b>3. Método</b> .....	9
3.1. Participantes.....	9
3.2. Instrumento e Procedimento de recolha de dados.....	11
3.3. Procedimento de Análise dos dados.....	12
<b>4. Resultados</b> .....	14
4.1. Descrição global dos campos semânticos .....	14
4.2. Comparação entre campos semânticos.....	15
4.3. Conteúdo dos campos semânticos.....	16
<b>5. Discussão</b> .....	17
<b>6. Conclusão</b> .....	20
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	23

## 1. Introdução

O presente estudo visa identificar quais as representações que a população adulta, em geral (no caso, a população portuguesa), tem acerca da adoção. Pretende-se também verificar as diferenças e semelhanças dos conteúdos representacionais em função do género dos participantes e da sua parentalidade, isto é, do facto de serem ou não pais.

É ainda importante referir que o presente trabalho está integrado num estudo empírico mais amplo, o qual foi desenvolvido por estudantes do 4º ano do Mestrado Integrado em Psicologia, inscritos na unidade curricular de Adoção e Institucionalização e pela respetiva docente e orientadora desta dissertação, no ano letivo 2014/2015. Este projeto pretendeu identificar os conhecimentos e ideias acerca da adoção, do acolhimento residencial e do apadrinhamento civil, por parte da população adulta, com vista a lançar um movimento de sensibilização e formação/informação à comunidade nestes domínios, enquanto medidas indiretas de defesa dos direitos da criança. No âmbito desse estudo foi preparado para o efeito um questionário de auto-resposta, no qual se integrou a questão aberta, cujas respostas são analisadas neste estudo. O procedimento de recolha de dados que seguiu um procedimento de snowball ou bola de neve, foi da responsabilidade de todo o grupo, tendo-se conseguido que cada um recrutasse participantes através das suas redes de contactos e utilizando uma aplicação dos questionários em formato de papel ou eletrónico. Esta investigação irá então focar-se na questão aberta sobre a adoção, a qual não se encontrava analisada até ao momento.

A dissertação é constituída por um enquadramento teórico, onde se referem os aspetos centrais da temática da adoção e das representações sociais. Seguidamente é apresentado o método, onde se descrevem os participantes, o procedimento de recolha de dados, bem como os procedimentos de análise dos dados. Posteriormente, serão apresentados os resultados, onde irá constar a descrição global dos campos semânticos, a comparação entre campos semânticos e o conteúdo desses mesmo campos semânticos. Finalmente procede-se à discussão e à conclusão dos resultados.

## 2. Enquadramento Teórico

"Adotar é acreditar que a história é mais forte que a hereditariedade, que o amor é mais forte que o destino". Lidia Weber

A convivência familiar e comunitária é entendida como algo primordial para o pleno e digno desenvolvimento do ser humano. Neste sentido, pode dizer-se que a família é a base da sociedade, sendo também considerada como o primeiro agente de socialização do indivíduo. Independentemente da sua estrutura isto é, quer seja constituída por um casal heterossexual, homossexual, com filhos biológicos ou adotivos, a família é o lugar indispensável para o desenvolvimento e proteção dos filhos.

Assim, “encontrar” uma família destinada a dar afeto, conforto, amor, e capacitada para responder às necessidades da criança e proporcionar-lhe uma base segura para o seu desenvolvimento.

O conceito de “Adoção” tem sido amplamente discutido em termos históricos, por envolver questões respeitantes à família enquanto berço de formação do indivíduo.

A adoção pode ser definida de diferentes formas. Segundo Freire (1994), trata-se da inserção no ambiente familiar, com carácter definitivo, de uma criança cujos pais morreram, ou são desconhecidos, ou não podem ou não querem assumir o desempenho das suas funções ou foram considerados inaptos por determinada autoridade competente. Já segundo Reppold e Hutz (2003), a adoção pode ser definida como a criação de um relacionamento de filiação que envolve aspetos jurídicos, sociais e afetivos que a diferenciam da filiação biológica.

Ao nível histórico, sabe-se que o termo “adoção” surgiu por volta do ano 2800 a.C., pelo que, naturalmente, de acordo com contextos socio-históricos específicos, a adoção foi conhecendo diferentes perspetivas ao longo do seu percurso. Inicialmente, os objetivos da adoção centravam-se nos adultos, procurando ir ao encontro de necessidades de ordem económica, política, religiosa ou de garantia de sucessão da prole e do respetivo património familiar. Contudo, essa perspetiva mudou, sendo que na sociedade atual são os interesses da criança que se encontram no centro da questão, sendo a adoção uma forma de proporcionar à criança uma família prestadora de cuidados adequados e satisfatórios cujos pais biológicos não tiveram possibilidade de o fazer.

Em Portugal, a história da adoção teve o seu início com o perfilhamento (referido nas Ordenações Afonsinas), contudo, só em 1966 surge o Instituto de Adoção no Código Civil Português. A adoção, estando integrada nas políticas de proteção à família, constituiu a alternativa mais radical para uma criança em situação de risco. Assim, a partir dos anos 80, a lei estabelece que antes, da criança ser inserida num novo agregado familiar, a família deve ser avaliada por organismos da Segurança Social no sentido de serem despistadas questões problemáticas nas famílias adotivas, procurando prevenir uma nova ocorrência de situação de risco (para as crianças que a elas já estiveram expostas no seio da família biológica).

Assim sendo, cabe aos técnicos definirem quais as famílias com características para adotar uma criança, tendo por base o total bem-estar do adotado, sem deixar de respeitar os candidatos, motivados muitas vezes a adotar pelo facto de não poderem ter filhos de forma biológica. Deste modo, no acompanhamento destas famílias, é necessário ter-se presente as características específicas da criança em situação de adotabilidade e também prestar atenção aos aspetos relativos às próprias famílias, devendo, portanto a dimensão avaliativa assumir um cariz dinâmico, de modo a que técnicos, família e crianças possam entrelaçar-se perante dificuldades decorrentes de um processo artificial imposto para todos.

Tendo em conta o atual quadro legislativo, são exigidos requisitos aos adotantes, sabendo-se das condições em que se considera uma criança adotável, bem como o papel da Segurança Social nesta problemática.

A adoção é então encarada, desde a entrada em vigor, nos anos 60, do qual o Código Civil, do ponto de vista da criança que, não podendo crescer na sua família biológica, terá direito a desenvolver-se num contexto familiar alternativo, onde adquira vínculos semelhantes aos da filiação natural. De acordo com o artigo 1586 do Código Civil, o conceito de adoção é definido como “o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas” (p. 273). Este vínculo é decretado judicialmente, e somente quando os benefícios são superiores aos malefícios, ficando assegurado, deste modo, a defesa do superior interesse da criança (Mascarenhas & Alarcão, 2008). Assim sendo, pode então dizer-se que a adoção assenta no pressuposto do superior interesse da criança, assegurado pela fixação dos requisitos gerais enunciados no artigo 1974º do Código Civil, podendo esta ser decretada apenas quando: apresentar vantagens (reais) para o adotado; se funde em motivos legítimos; não envolva sacrifício injusto para os outros filhos do adotante; seja razoável supor o estabelecimento de

um vínculo semelhante ao da filiação entre adotado e adotante; o adotado tiver estado ao cuidado do adotante por um período suficiente para se poder avaliar a conveniência da construção do vínculo (Mascarenhas & Alarcão, 2008).

### **Modalidades de adoção**

Quando falamos em adoção em Portugal, durante muitos anos distinguiram-se duas formas de adoção, podendo então falar-se de adoção plena e de adoção restrita. No caso da adoção plena, o adotado adquire a situação de filho do adotante, integrando-se na sua família. O apelido da família de origem é retirado do nome do adotado e os direitos sucessórios dos adotados são os mesmos dos descendentes biológicos. Note-se que este tipo de adoção (adoção plena) não é revogável, nem mesmo por acordo das partes. Nesta situação, podem adotar: duas pessoas casadas ou em união de facto, há mais de quatro anos e não separadas judicialmente de pessoas, bens ou de facto, isto se ambas tiverem mais de 25 anos. Pode também adotar uma única pessoa, no caso de ter mais de 30 anos ou ainda, mais de 25 anos no caso de o menor ser filho do conjugue do adotante. De salientar que apenas podem adotar indivíduos com menos de 60 anos à data em que o menor lhe tenha sido confiado, exceto se for filho do conjugue. E, finalmente, um último requisito é que a partir dos 50 anos, a diferença de idades entre adotante e adotado não pode ser superior a 50 anos, exceto se o menor a adotar for filho do conjugue do adotante ou em situações em que as suas especificidades mereçam ser acuateladas.

Tendo ainda em conta a adoção plena, podem ser adotados indivíduos que se insiram num destes critérios: menores e filhos do conjugue do adotante; menores confiados ao adotante, mediante confiança administrativa ou judicial, ou medida de promoção e proteção de confiança com vista à adoção; na data de entrada do processo em tribunal têm de ter idade inferior a 15 anos, ou ainda, idade inferior a 18 anos, se não forem emancipados e tiverem sido confiados aos adotantes ou a um deles com idade não superior a 15 anos ou se forem filhos do conjugue do adotante.

Já no caso da adoção restrita, o adotado conserva todos os direitos e deveres em relação à família biológica, salvas algumas restrições que se encontram estabelecidas na lei. Neste caso, o adotante poderá despender dos bens do adotado a quantia que o tribunal fixar para alimentos deste. No caso da adoção restrita o adotado pode também receber os apelidos do adotante, a requerimento deste, compondo um novo nome onde figure um ou mais apelidos

da família biológica. Ao contrário da adoção plena, esta forma de adoção pode ser revogada se os pais adotivos não cumprirem os seus deveres, pode também ser convertida em adoção plena, mediante requerimento do adotante e desde que se verifiquem as condições exigidas. Um outro aspeto importante é que o adotado ou os seus descendentes e os parentes do adotante não são herdeiros uns dos outros, nem ficam reciprocamente vinculados à prestação de alimentos. Através desta modalidade de adoção podem adotar pessoas com mais de 25 anos e até aos 60 anos (se completados até à data em que o menor lhe tenha sido confiado, exceto se for filho do conjugue).

Tal como na adoção plena, podem ser adotados através da modalidade de adoção restrita indivíduos que se insiram num destes critérios: menores e filhos do conjugue do adotante; menores confiados ao adotante, mediante confiança administrativa ou judicial, ou medida de promoção e proteção de confiança com vista à adoção; na data de entrada do processo em tribunal têm de ter idade inferior a 15 anos, ou ainda, idade inferior a 18 anos, se não forem emancipados e tiverem sido confiados aos adotantes ou a um deles com idade não superior a 15 anos ou se forem filhos do conjugue do adotante.

Segundo Mascarenhas & Alarcão (2008), apesar da adoção plena ser a modalidade desejada pela quase generalidade dos adotantes em Portugal, por não pretenderem que a criança mantenha laços com a família biológica, a adoção restrita foi sendo considerada a resposta mais adequada para algumas situações específicas.

Para efeitos de impacto na população em geral, habitualmente esta não tem informação detalhada da situação em que a criança se encontra, e as diferenças entre as modalidades favorece alguma confusão em relação ao seu conhecimento quanto à situação legal da criança, quando crescer e à relação da família adotiva com a biológica.

À parte da modalidade de adoção, é importante ter-se em conta que se trata de um processo longo e que envolve muita burocracia. Assim, no caso de um indivíduo pretender adotar uma criança, primeiramente terá que comunicar a sua pretensão de adotar à Segurança Social (organismo responsável por esse tipo de processos), tendo esse mesmo organismo de passar uma declaração comprovativa dessa mesma intenção. Seguidamente procede-se ao estudo da referida pretensão que deverá ser realizado num prazo nunca superior a seis meses, devendo esse estudo incidir sobre a personalidade e a saúde do(s) pretendente(s), a sua idoneidade para criar e educar o menor, a sua situação familiar e económica, bem como quais as principais motivações determinantes do pedido. Depois de analisados todos os fatores

procede-se à seleção da criança e posteriormente à apresentação desta aos seus (possíveis) futuros pais. Neste sentido, antes da legalização do processo de adoção, adotantes e adotado passam por um período de pré-adoção, correspondente a seis meses, isto para que os candidatos possam receber acompanhamento técnico na primeira fase da vida em conjunto com a criança e os técnicos possam verificar se a família apresenta uma dinâmica saudável e os adotantes são confiáveis como pais daquela(s) criança(s). Este envolvimento dos profissionais, muito particularmente no que diz respeito à necessidade de avaliação dos candidatos é com frequência recebido pelos interessados e pelo público em geral como incompreensão, e considerado injusto por comparação com o processo de filiação biológica.

### **Ciclo vital das famílias adotivas**

Segundo Mascarenhas & Alarcão (2008) quanto se fala em ciclo vital das famílias adotivas pode dizer-se que este é caracterizado por tarefas desenvolvimentais simultaneamente semelhantes às vivenciadas pelas famílias não adotivas e específicas deste tipo de famílias. Neste ciclo vital incluem-se, o nascimento da família e início da parentalidade que representa uma grande mudança para a família; famílias com crianças em idade pré-escolar, onde se verificam aquisições desenvolvimentais importantes, nomeadamente no que diz respeito às áreas da linguagem e do pensamento representativo; famílias com crianças em idade escolar, que de acordo com Relvas (1996, p.114) citada por Mascarenhas e Alarcão (2008) “é um momento capital de abertura do sistema familiar ao mundo extrafamiliar. É o primeiro grande teste à capacidade familiar relativa ao cumprimento da função externa”(2008, p.114); famílias com filhos adolescentes, onde as tarefas básicas são a separação e a autonomia, tanto para filhos como para pais, e a aquisição da identidade; famílias com filhos adultos, em que a questão central é a saída dos filhos de casa, sendo importante que a família facilite a saída dos filhos e a reentrada dos descendentes e famílias na fase tardia, onde surgem, com o envelhecimento dos pais, transformações ao quer ao nível da saúde física, quer ao nível da saúde psicológica.

De acordo quer com Fisher (2003), quer com Wegar (1997), apesar da adoção ser já largamente divulgada continua a ser alvo de muitos estigmas. Para Link e Phelan's (2001) este estigma reflete uma identidade social que é desacreditada em contextos sociais particulares. Os autores aplicam o termo estigma à adoção, especificando que este incorpora quatro components, a saber: *labeling; stereotyping; separation e status, loss and*

*discrimination*, os quais numa situação intensa co-ocorrem, fazendo com que cada uma das componentes se revelem. *Labeling* é o primeiro elemento do estigma e permite identificar e etiquetar diferenças nos humanos. Relativamente à adoção, as etiquetas que estabelecem os traços relevantes deste elemento são: pai biológico, pai adotivo, filho adotivo e filho biológico; *stereotyping* é o segundo elemento e implica a conexão das etiquetas aplicadas a vários grupos com um conjunto de características indesejáveis que formam o estereótipo. Esta ligação entre etiquetas e estereótipos é uma componente extremamente importante no desenvolvimento do estigma; *separation* é o terceiro elemento, reflete a diferenciação de grupos, o estabelecimento de um “nós” e do “eles”, em que um grupo é claramente superior (nós) e o outros (eles) é inferior. Na adoção, o processo de separação cria o “nós” de famílias biológicas com pais férteis e o “eles” de famílias não-biológicas com pais inférteis; *status, loss and discrimination* é o quarto e último elemento do estigma e envolve o estatuto, perda e discriminação, que influenciam as oportunidades de vida de quem faz parte do grupo que é negativamente etiquetado.

Um importante aspeto na conceitualização de estigma de Link e Phelan's (2001) é a afirmação de que este é dependente do poder. Sem o poder diferencial é possível que os quatro elementos do estigma existam, mas o estigma não se irá desenvolver.

Segundo Goffman (1963), citado por Kristi (2007), a estigmatização altera a natureza da identidade social. Quando alguém possui uma identidade estigmatizada, é percebido como notavelmente diferente dos “normais” o que, conseqüentemente altera a forma como o indivíduo age, bem como o modo como é tratado pelos outros. Isto porque no processo de tratamento da informação recebida, os indivíduos tendem a construir significados e a teorizar a realidade social.

Os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social.

De acordo com Serge Moscovici (1978) “*As representações sociais individual ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. Mostram-nos que, a todo instante, alguma coisa ausente se lhe adiciona e alguma coisa presente se modifica.*”

Moscovici (1976), no livro *Psychanalyse son image et son public*, desenvolveu a teoria das representações sociais, onde descreve dois processos fundamentais que estão na base da construção social que os indivíduos fazem da realidade: a objetivação e a ancoragem. A objetivação diz respeito à transformação de algo abstrato em algo concreto, através da

materialização dos elementos da representação. Já a ancoragem diz respeito à inserção do objeto de representação num marco de referência preexistente e familiar e na instrumentalização social do objeto representado. Assim, objetivação e ancoragem, constituem-se como processos básicos da formação e funcionamento das representações sociais, mantendo entre si uma relação dialética, permitindo que a realidade se torne inteligível.

Assim, toda a representação social é a representação de alguma coisa ou de alguém, sendo também o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. Neste sentido, é possível dizer-se que as representações circulam na sociedade e que elas próprias terão um papel e uma eficácia específicas.

De acordo com Jodelet (1986) a representação social possui 5 características fundamentais: (1) é sempre representação de um objeto; (2) tem sempre um carácter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito; (3) tem um carácter simbólico e significante; (4) tem um carácter construtivo; e (5) tem um carácter autónomo e criativo.

A representação social torna-se assim um instrumento referencial que permite a comunicação numa mesma linguagem.

Em suma, representações sociais são, segundo Mynayo (1994, p.108) cit in (Araujo, 2008), *“imagens construídas sobre o real”*. Sendo que, *“algumas representações são claramente transmitidas de geração em geração (...) Outras são típicas das culturas modernas, difundem-se rapidamente a toda uma população mas têm um curto período de vida; são o que chamamos modas e são comparáveis a epidemias”* (Sperber, 1989, p.127) cit in (Araujo, 2008).

De uma forma geral, o objetivo do presente estudo, qualitativo e descritivo, é investigar as representações sociais da adoção, identificando as principais dimensões de significação ou universos semânticos que estruturam essas mesmas representações e procurando contribuir para a investigação psicossocial na área da adoção.

### **3. Método**

Como objetivo específico, visa-se verificar as diferenças e semelhanças dos conteúdos representacionais em função do género dos participantes e da sua parentalidade, ou seja, do fato de serem ou não pais/ mães.

De referir que o presente estudo enquadra-se num projeto mais alargado intitulado *Ideias sobre o Acolhimento, Apadrinhamento e Adoção* cujo objetivo é investigar o conhecimento atual da sociedade face à lei vigente do país relativamente aos processos de acolhimento residencial, de adoção e de apadrinhamento civil. Explorar as ideias e opiniões da população adulta em geral em relação às crianças e adolescentes em acolhimento, à adoção e ao papel da sociedade nestes processos. Este projeto alargado pretende lançar um movimento de sensibilização e informação/formação à comunidade nos domínios do acolhimento e da adoção de crianças e jovens, enquanto medidas de defesa dos seus direitos.

O presente estudo, objeto desta tese refere-se às representações sociais de adoção por parte da população portuguesa. Em Portugal, até à data, e em nosso conhecimento, não existem estudos disponíveis acerca das representações da adoção na população considerada – a população geral.

O presente estudo tem como objetivo geral investigar as representações sociais de adoção, na população geral em relação a este fenómeno. Como objetivos específicos visa-se verificar as diferenças e semelhanças dos conteúdos representacionais em função do género dos participantes e da sua parentalidade, ou seja, do fato de serem ou não pais/mães.

#### **3.1 Participantes**

De acordo com os objetivos do estudo foram definidos como participantes indivíduos da população geral portugueses, adultos, maiores de 18 anos, sem qualquer outro critério de exclusão.

A amostra deste estudo foi constituída por 531 indivíduos. As características dos participantes estão descritas na tabela 1.

**Tabela 1** *Características dos Participantes*

	N	%
<b>Género (N=531)</b>		
Feminino	359	67.6
Masculino	172	32.4
<b>Idade (N=531) variação 18-74 anos M=33.04 SD=12.02</b>		
≥18-35	341	64.2
≥36-55	163	30.7
≥56-74	27	5.1
<b>Participantes com e sem filhos (N=531)</b>		
Com filhos	221	41.6
Sem filhos	310	58.4
<b>Escolaridade dos participantes (N=531)</b>		
Ensino superior	284	58.9
Ensino secundário	104	19.8
3º ciclo	56	10.6
2º ciclo	32	6.1
<b>Zona de residência (N=531)</b>		
Urbana	303	58.3
Semi-urbana	119	22.9
Rural	97	18.7
<b>Estado civil (N=531)</b>		
Solteiro	294	55.6
Casado	209	39.5
Divorciado	22	4.2
Viúvo	4	0.8

Os participantes deste estudo têm idades compreendidas entre os 18-74 anos de idade. Dos 531 participantes, 32.4% eram do género masculino (n=172) e 67.6% do género feminino (n=359).

Destes 531 participantes, 41.6% (n=221) tem pelo menos um filho e 58.4% (n=310) não tem nenhum filho.

### **3.2. Instrumento e Procedimento de recolha de dados**

A seleção dos participantes foi estabelecida através de um processo de amostragem *snowball*, ou bola de neve, que se caracteriza pelos participantes do estudo recrutarem outros potenciais participantes através das suas redes de contactos (Coutinho, 2014). No caso deste estudo recrutaram-se estudantes do 4º ano do Mestrado Integrado em Psicologia, inscritos na unidade curricular de Adoção e Institucionalização no ano letivo de 2014/2015. Estes estudantes (N=13) constituíram os participantes do estudo piloto. Os estudantes procederam ao preenchimento do questionário elaborado para o efeito. A partir daqui reformulou-se o mesmo, elaborando-se a versão final, com alteração de algumas questões que se revelaram mal construídas. Estes mesmos estudantes constituíram a primeira cadeia da amostragem *snowball* ou bola de neve, sendo que a cada um foi solicitado que angariassem outros potenciais respondentes, através das suas redes de contato, e assim sucessivamente, até se obter um nº de participantes adequado, tendo em atenção os objetivos do estudo.

O questionário usado neste estudo está integrado num questionário mais alargado que se intitula “*Questionário de Ideias sobre o Acolhimento, Apadrinhamento e Adoção*” que como já se referiu pretende recolher dados acerca dos conhecimentos e opiniões acerca da adoção, do acolhimento residencial e do apadrinhamento da população adulta.

Especificamente no presente estudo, e no sentido de se obter as respostas espontâneas dos participantes acerca da adoção, utilizou-se a Técnica de Associação Livre – TAL, para aceder às representações sociais dos participantes acerca deste fenómeno. Assim, para além de questões fechadas acerca dos dados sociodemográficos dos participantes, utilizou-se a questão aberta: “*Quando penso em adoção o que me vem à ideia é*”. A pergunta era acompanhada de instruções solicitando aos participantes que respondessem de forma espontânea, que respondessem sem pensar muito e que escrevessem as primeiras ideias que lhes surgissem.

A Técnica de Associação Livre tem a vantagem de diminuir consideravelmente o potencial viés produzido pelos investigadores no tratamento dos dados, quando comparada com a metodologia de recolha através de entrevistas. Como se explica no ponto a seguir da *Análise de dados*, as respostas recolhidas são alvo de um número de reduções simples. A desvantagem em relação à entrevista é não fornecer dados acerca da organização do discurso dos participantes.

A recolha de dados deste estudo foi realizada quer através de questionários em suporte de papel, quer via online. Neste caso era enviado aos participantes um link através do qual acediam ao questionário.

Os dados foram recolhidos entre **30 de Março e 1 de Maio de 2015**. Todos os participantes receberam juntamente com o questionário um consentimento informado onde eram referidos os objetivos de estudo e, onde se assegurou a confidencialidade e o anonimato no tratamento de dados, bem como o facto de não haver qualquer divulgação dos resultados a nível individual.

### **3.3. Procedimento de Análise de dados**

Para o tratamento das respostas dadas pelos participantes recorreu-se aos procedimentos habitualmente usados em estudos sobre representações sociais nos mais diferentes domínios (e.g. Rothes, 2006; Oliveira, 2013). Começou-se por aplicar as regras clássicas de redução para análise de associações livres. Estas reduções garantem a mínima interferência no discurso dos participantes por parte dos investigadores e consistem na transformação de adjetivos em substantivos, sendo estes colocados no género masculino, na forma singular. As formas na negativa são transformadas em formas mais simples. Expressões longas são substituídas por palavra-código e os sinónimos são substituídos pela forma mais utilizada pelos participantes. Recorre-se ao critério dos três juízes quando existem proposições de sentido similar e não é possível recorrer ao critério da palavra mais usada pelos participantes, isto de modo a reduzir a possibilidade de enviesar os resultados com as representações dos autores do estudo.

Após efetuado este primeiro tratamento de dados simples, constituíram-se os designados dicionários para cada uma das variáveis (independentes) de análise consideradas: género (feminino e masculino) e parentalidade (com filhos e sem filhos), ou seja, obtiveram-se 4 dicionários ou listas com todas as palavras/expressões referidas pelos participantes (esta técnica e respetivas análises são usuais no domínio das representações sociais (cf. Di Giacomo, 1987)).

Depois de organizadas desta forma, as respostas dos participantes foram tratadas recorrendo-se as seguintes análises:

- (1) Descrição global dos Campos Semânticos, através do cálculo da amplitude, fluidez e riqueza ou homogeneidade;
- (2) Comparação entre Campos Semânticos, através do cálculo do índice de Ellegard;
- (3) Conteúdo dos Campos Semânticos, apresentando-se para cada resposta a respetiva frequência com que foram citadas pelos participantes.

De seguida explica-se de forma mais detalhada cada um destas análises

Para a descrição global dos Campos Semânticos calcula-se a amplitude, a fluidez e a riqueza ou homogeneidade das respostas dadas. A amplitude corresponde ao nº de palavras/expressões diferentes evocadas e traduz o número de elementos que se tornam acessíveis quando as pessoas se exprimem acerca do objeto. A fluidez é o nº total de palavras/expressões mencionadas para cada estímulo apresentado – no caso deste estudo - *Quando penso em adoção o que me vem à ideia é*. A fluidez traduz a facilidade com que os participantes se exprimem perante a questão colocada ou, por outras palavras, traduz a expressividade de determinado grupo perante determinado objeto ou fenómeno. Por fim, a riqueza ou índice de homogeneidade é a razão entre a amplitude (nº respostas diferentes) e a fluidez (nº respostas total) e dá-nos indicações acerca da partilha ou não de uma mesma representação social por um determinado grupo. Ou seja, indica se os indivíduos de um grupo, neste estudo por exemplo as mulheres ou os homens, utilizam ou não o mesmo dicionário. Quanto mais baixo ou perto de zero for o índice, significa que mais o grupo recorre ao mesmo campo semântico.

A Comparação entre Campos Semânticos, através do cálculo do índice de Ellegard, permite análises comparativas entre os grupos considerados. Este índice calcula-se dividindo o nº de palavras comuns a dois dicionários pela raiz quadrada do produto das palavras diferentes de cada um, ou seja, pela raiz quadrado dos produtos das amplitudes. O índice de

Ellegard varia entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais semelhantes forem os campos semânticos de dois dicionários ou grupos, mais próximo de 1 será este índice. É tanto mais próximo da unidade quanto mais semelhantes forem os campos semânticos.

Por fim, no que se refere ao conteúdo dos campos semânticos, apresentam-se as respostas mais frequentes mencionadas pelos participantes, considerando-as as mais importantes no pensamento dos respondentes. Ou seja, as mais relevantes na formação das representações sociais dos participantes em relação à adoção. Neste estudo, e à semelhança de outros estudos (Rothes, 2006; Oliveira 2013) considerou-se assim a frequência enquanto critério para aferir da importância das palavras/ expressões no pensamento dos participantes.

## **4. Resultados**

A apresentação dos resultados que se segue será efetuada usando a mesma estrutura da análise dos resultados: 1. Descrição dos campos semânticos; 2. Comparação entre campos semânticos, através do índice de Ellegard e 3. Conteúdo dos campos semânticos e respectivas frequências. Os resultados são apresentados para a globalidade da amostra e para os grupos considerados.

### **4.1. Descrição global dos Campos Semânticos**

A tabela 2 apresenta os resultados em termos de amplitude, fluidez e riqueza ou homogeneidade. Apresentam-se os resultados destes indicadores para a amostra global e para os grupos considerados.

**Tabela 2:** *Amplitude, fluidez e riqueza dos campos semânticos*

<b>Índices</b>	<b>Amostra Global (N=531)</b>	<b>Mulheres (N=359)</b>	<b>Homens (N=172)</b>	<b>Com filhos (N=221)</b>	<b>Sem filhos (N=310)</b>
Fluidez	1940	1353	587	840	1100
Amplitude	263	213	135	173	175
Riqueza	0.14	0.16	0.23	0.21	0.16

Como se pode constatar, em termos de amostra global, obteve-se uma *fluidez* de 1940 palavras, referidas pelos inquiridos e uma *amplitude* de 263 palavras que correspondem a uma *riqueza* de 0.14. Sendo a riqueza ou homogeneidade um índice que varia entre 0-1.

Ainda de acordo com a tabela, constatou-se que, as Mulheres apresentam valores mais elevados quer relativamente à *fluidez*, quer na *amplitude*. Por oposição, são os Homens que apresentam valores mais elevados no que respeita à *riqueza* das respostas.

Na condição Com e Sem filhos, os respondentes Com filhos revelam valores mais elevados na *riqueza* das respostas, enquanto os Sem filhos revelam valores mais elevados na *fluidez*, no que respeita à *amplitude*, esta é muito próxima nos dois grupos.

#### **4.2.Comparação entre Campos Semânticos**

A comparação efetuada procura a semelhança entre os campos semânticos de Mulheres vs Homens e Com filhos vs Sem filhos perante o estímulo “adoção”. Na Tabela 3 apresentam-se os índices de Ellegard calculado entre os grupos, tendo como objetivo avaliar as possíveis diferenças dos respetivos universos semânticos.

**Tabela 3:** *Índice de Ellegard.*

<b>Grupos de Comparação</b>	<b>Mulheres vs Homens</b>	<b>Com filhos vs Sem filhos</b>
Índice de Ellegard	0.52	0.51

Os valores apresentados na tabela indicam que o grau de semelhança entre campos semânticos de mulheres e homens é médio assim como o com e sem filhos.

### 4.3. Conteúdo dos Campos Semânticos

As respostas mais frequentes dos participantes e por isso mais relevantes na formação das representações sociais da adoção estão descritas na Tabela 4 abaixo apresentada.

Os valores apresentados na tabela estão descritos por ordem decrescente e correspondem a um total de 20 respostas, valor mínimo considerado.

**Tabela 4** Campos semânticos da representação social da adoção

	Total	%	Mulheres	Homens	Com filhos	Sem filhos
Amor	236	12.16	188	48	104	132
Nova Família	172	8.87	124	48	67	105
Carinho	150	7.73	107	43	72	78
Felicidade	87	4.48	65	22	46	41
Afeto	63	3.25	45	18	38	25
Oportunidade (do ser pais e para a criança)	63	3.25	51	12	8	55
Criança	56	2.89	17	39	13	43
Acolhimento/Acolher	53	2.73	38	15	18	35
Educação	52	2.68	33	19	22	30
Lar/Casa	43	2.22	30	13	12	31
Responsabilidade	41	2.11	22	19	14	27
Ajudar a criança	36	1.86	24	12	19	17
Ser Pai/Ser Mãe	27	1.39	18	9	13	14
Demora e Espera/ Processo Demorado	27	1.39	21	6	7	20
Solidariedade	23	1.19	14	9	13	10
Proteção	21	1.08	15	6	12	9
Abandono	21	1.08	15	6	9	12
Filhos	21	1.08	18	3	11	10
Instituições	20	1.03	17	3	4	16

Em termos gerais, destaca-se, claramente o Amor como a expressão mais referida pelos inquiridos, sendo mencionada pelos quatro grupos. Seguidamente Nova Família e Carinho surgem como segunda e terceira expressões mais referidas nos quatro dicionários. Com a frequência mínima considerada surge uma expressão, instituições.

A observação do quadro permite salientar algumas diferenças respeitantes aos dicionários Mulheres vs Homens e Com filhos vs Sem filhos. Neste sentido, tendencialmente as mulheres revelam valores mais elevados que os homens, excetuando a expressão criança em que foram os homens que a referiram mais vezes. Já no dicionário Com filhos vs Sem filhos, verificam-se mais respostas dadas pelos sem filhos comparativamente com os com filhos. De salientar que as expressões felicidade, afeto, ajudar a criança, solidariedade, proteção e filhos são mais referidas pelos adultos com filhos do que os sem filhos.

## **5. Discussão**

O objetivo deste estudo foi investigar as representações sociais da adoção, identificando as principais dimensões de significação ou universos semânticos que estruturam essas mesmas representações sociais.

Os principais resultados deste estudo revelam uma representação social da adoção relativamente hegemónica. Assim, os dados obtidos, especificamente, a riqueza ou homogeneidade, são relativamente semelhantes nos diferentes grupos considerados e apresentam valores baixos. Revelam assim a existência ou partilha do mesmo universo semântico. Ou dizendo por outras palavras, estes dados revelam a partilha de uma mesma representação social em relação à adoção. Os homens e as pessoas com filhos terão representações sobre este fenómeno ligeiramente menos hegemónicas comparativamente com as mulheres e as pessoas sem filho, respetivamente.

As mulheres apresentam valores mais elevados que os homens quer na fluidez quer na amplitude das respostas, podendo, no entanto, isto observar-se devido à existência de uma percentagem mais elevada de respondentes do género feminino.

Relativamente ao índice de Ellegard, os valores apresentados na tabela 3 indicam que o grau de semelhança entre os universos semânticos dos diferentes grupos é médio, quer entre homens e mulheres, quer entre com e sem filhos.

Através da leitura e análise dos resultados podem constatar-se diferentes focos no que respeita à adoção. Assim sendo, e tendo em conta que não consideramos respostas cuja frequência foi inferior a 4%, obtivemos 19 campos semânticos, sendo que estes podem estar diretamente relacionados quer com a criança (o adotado) quer com o adotante, ou ainda com o que esteve prévio à situação de adoção bem como à adoção em si.

Neste sentido, quando colocamos o foco na criança podemos obter as expressões de amor, nova família, carinho, afeto, criança, educação, lar/casa, ajudar a criança, proteção e filhos. Já quando colocamos o foco no adotante obtemos expressões como solidariedade, responsabilidade e ser pai/mãe. De salientar que noções como felicidade e oportunidade podem ser associadas quer à criança (o adotado) quer ao adotante.

No que respeita ao que esteve prévio à situação de adoção, verificam-se respostas como abandono e instituições. Já no respeitante à adoção em si, verificam-se os termos de acolhimento bem como a referência à demora e espera/processo demorado.

De todas as expressões referidas pelos respondentes, a expressão Amor aparece como a mais referida, seguindo-se Nova Família; Carinho; Felicidade; Afeto; Oportunidade (de ser pais e para a criança); Criança; Acolhimento/Acolher; Educação; Lar/Casa; Responsabilidade; Ajudar a criança; Ser pai/ser mãe; Demora e Espera/Processo Demorado; Solidariedade; Proteção; Abandono; Filhos e Instituições. Para além destas respostas que são efetivamente as mais importantes no pensamento dos nossos participantes é de salientar algumas respostas que foram referidas e que fazem parte do estudo, tendo também eles a sua importância. Sendo também essas expressões referidas em diversos estudos sobre a temática da adoção.

A adoção não aparece como um meio de resolver problemas sociais, como o abandono e a institucionalização, mas sim, como um direito de todo o indivíduo a ter uma expectativa de futuro em família, seja biológica ou adotiva (Gondim et.al, 2008). Assim, oferecer uma família destinada a dar afeto, conforto e principalmente amor, proporciona à criança a base para o seu desenvolvimento.

Em seguimento disto, pode dizer-se que este estudo sobre as representações sociais na adoção corrobora estes factos, uma vez que, entre muitas outras expressões, o amor, o afeto, bem como o conforto foram enumerados pelos inquiridos.

Os mitos e preconceitos visíveis quando se fala deste tema devem-se sobretudo ao emaranhamento de formalidades e exigências para que uma criança seja encaminhada para a adoção (Gondim et al., 2008). De facto, dos 531 inquiridos, 5.1% (27) referem a espera e demora, bem como a morosidade do processo.

Num outro estudo, desta vez de Weber (s.d.), pode verificar-se que o preconceito, seja ele consciente ou não, é uma das principais variáveis na adoção. Verifica-se também que esses preconceitos são tão arraigados e fortes que se interpõem no discurso e nas ações de pais e filhos adotivos. Tal como no nosso estudo, o estudo de Weber (s.d.) revelou mitos como: medo que os pais biológicos possam requerer a criança de volta; pensam que a criança adotada, cedo ou tarde, traz problemas; acham que as adoções realizadas pelos juizados são demoradas, discriminatórias e burocráticas. De salientar que nem sempre, em nosso estudo são utilizados os mesmos termos, contudo, o contexto é o mesmo.

No estudo, entre as várias palavras enumeradas pelos inquiridos, 2.1% (11), perante o estímulo adoção, enumeraram a pobreza. O que é certo é que Menezes (2007, cit in Valentim & Cortez, 2014), refere que a pobreza é uma das principais motivações concretas para a doação de um filho, consistindo tal ato, na maioria das vezes, numa forma de proteção.

Perante o estímulo adoção, alguns dos inquiridos, 1.03% (20) referiram as instituições e 2.4% (13) referiram os maus-tratos que, em muitos casos, são a causa para a institucionalização das crianças. Estes factos também se verificam no estudo de Vectore e Carvalho (2008), que diz que o motivo das crianças estarem no abrigo se deve, principalmente, aos maus-tratos sofridos.

Em seu estudo Miall, C.E., (1987), revela que numa sociedade onde se valorizam os laços de parentesco biológico, a falta de um laço de sangue entre a mãe e os seus filhos pode ser um atributo que a desacredita e estigmatiza. Cohen, Glickman e Krugman, citados por Miall (1987), referem que um laço biológico é muitas vezes apresentado como um pré requisito para um relacionamento amoroso com uma criança. A teoria do apego originalmente desenvolvida por Bowlby (1969), segundo Smith e Howard (1999, cit in Wegar, (2000), é talvez a mais comumente empregue na teoria do trabalho da adoção. Assim, de acordo com Grotevant e McRoy (1969, cit in Wegar, K., 2000),

ênfatizando a importância de um vínculo seguro pai-filho adotivo, a teoria do apego ignora amplamente a estigmatização social da parentalidade adotiva. Esta teoria atribui uma importância primordial à “responsividade do cuidador” às necessidades da criança.

Em jeito de síntese pode dizer-se que as expressões que consideramos mais importantes e que foram mais vezes referidas pelos participantes do estudo, são corroboradas por um estudo brasileiro sobre as representações sociais e as motivações para a adoção de pretendentes brasileiros à adoção de Glacomozzi, Nicoletti e Godinho (2015). Pois, tal como no estudo aqui apresentado, também a investigação destes autores revela como expressões mais citadas a adoção como: “um ato de amor”; “dar amor, carinho para uma criança”; “realizar o desejo ou sonho de ser mãe/pai”; “troca afetiva, e emocional entre os pais e a criança”; “dar um lar para crianças que foram abandonadas e privadas de seus direitos”; a adoção foi também visto como o ato de “formar ou de aumentar a família”; como algo igual a “ter um filho biológico” e, finalmente, como forma de “caridade ou ajuda ao próximo”. Podendo isto sugerir que as representações sociais, neste caso da adoção, se formam, e podem partir dos mesmos pressupostos, independentemente da parte do mundo em que o indivíduo se encontre, podendo traduzir-se muitas vezes num ato de amor e carinho.

É ainda importante referir que no nosso estudo, a maioria das citações dos participantes mostrou a adoção como algo positivo, apesar desta resultar de aspetos menos positivos (que também foram referidos pelos respondentes). Assim, além da morosidade do processo (citação entre as mais referidas), o receio, nomeadamente o medo que o possível adotante sente em relação à possibilidade de a criança lhe ser retirada, a discriminação, bem como o racismo e ainda a falta de acompanhamento dos pais que adotam, que pode resultar na devolução da criança são algumas das citações referidas, estando isto implicado, muitas das vezes, no fracasso da adoção.

## **6. Conclusão**

A família é a base de toda a sociedade, sendo também considerada a primeira forma de socialização do indivíduo pelo que, independentemente da sua estrutura, a convivência familiar se torna importante para o desenvolvimento e crescimento da criança. Por sua vez,

a dinâmica familiar não existe no *vacuum*, mas em permanente interação com os discursos da sociedade, influenciando-os mas também recebendo fortemente a sua interferência, nomeadamente através de processos muito subtis que tocam as suas expectativas perante si, perante os seus filhos e os seus investimentos familiares, a opções que encontram para lidar com as situações e decisões que tomam. Assim, a presença dos diversos níveis de contextos sociais mais próximos ou mais distais à família é incontornável e o conteúdo dos seus discursos, através de crenças, ideias, receios que a sociedade em geral faz acerca dos fenómenos terá o seu reflexo no projeto e no processo da adoção.

Com base neste pressuposto, identificamos a pertinência de enquadrar o processo da adoção e as vivências das famílias no quadro mais amplo e complexo do tecido sociocultural, aspeto menos frequentemente contemplado no estudo da adoção. Neste sentido, a investigação apresentada teve como objetivo analisar as representações sociais da população geral em relação à adoção. Definiu como objetivos complementar, de modo a aprofundar o conhecimento no domínio, verificar as diferenças e semelhanças dos conteúdos representacionais em função do género dos participantes e da sua situação de parentalidade, ou seja, do fato de serem ou não pais/mães.

No que tange ao perfil dos participantes do estudo, observou-se que as idades variavam entre os 18 e os 74 anos, mais de metade (67.6%) era do género feminino e ainda, mais de 50% dos participantes, não tinham filhos (58.4%). Relativamente à idade, esta foi dividida em três faixas etárias (18-35 anos; 36-55 anos e 56-74 anos), verificando-se que a maior parte da população pertence a uma faixa etária jovem. Já no que respeita aos anos de escolaridade verificou-se uma percentagem elevada de respondentes com o ensino superior, 58.9% (n=284), o que poderá ter facilitado o acesso ao que lhes foi pedido, que escrevessem expressões/ideias soltas, isto é, que escrevessem a primeira coisa que lhes surgisse assim que pensavam em “adoção”, dado que tarefas escritas lhes são familiares.

Numa muito breve síntese dos resultados, verificou-se perante o “estímulo” adoção, uma fluidez de 1940 palavras referidas pelos participantes, o que, por sua vez, se traduziu numa amplitude de 263 expressões mencionadas. Podemos também observar que as mulheres apresentam valores mais elevados que os homens quer na fluidez, quer na amplitude das respostas, podendo, no entanto, isto dever-se à existência de uma percentagem mais elevada de respondentes do género feminino.

Um dos aspetos interessantes a ressaltar, consistiu em o estudo ter oferecido uma visão alargada sobre diferentes aspetos que surge no pensamento das pessoas quando pensam em adoção. Através das respostas dos participantes, podemos destringir o foco na criança (adotado), o foco no (possível) adotante, o foco na situação da criança, prévio à adoção e, ainda, foco no processo de adoção propriamente dito. A abrangência destas vertentes permite verificar que, em geral, as pessoas tendem a ter uma visão multifacetada do fenómeno adoção, estando atentos às suas diversas dimensões. Sobressai também uma tendência para uma representação claramente positiva de um fenómeno situado na esteira das relações de afeto e da solidariedade, o que sugere uma abertura e interesse pelo tema. Parece identificar-se uma tendência para uma predominância de valorização das necessidades e direito da criança a uma família, o que será consentâneo com a situação sociojurídica do nosso país que pretende que seja respeitado em todo o processo, o superior interesse da criança. Entretanto, algumas ideias relacionadas com o passado da criança, com os riscos e com aspetos do processo, sugerem talvez que as representações sociais vigentes não sejam, apesar de tudo, assim tão consistentes nesses valores éticos de proteção à criança e que convivam com pouco esclarecimento e/ou reflexão sobre o tema.

Numa análise agora do próprio estudo, salienta-se como limitação metodológico o desequilíbrio da amostra facto da amostra em termos de género, sendo proporcionalmente reduzido o grupo masculino, bem como, a maioria dos participantes pertencerem a uma faixa etária jovem, em média bastante inferior à idade que os candidatos e sobretudo os pais por adoção terão quando se encontram “a braços” com a construção da sua família por adoção. Também de realçar que mais de 50% reside numa zona urbana, podendo isto repercutir-se nos resultados. Com efeito, será pertinente a existência de mais estudos na área e com nessa altura com uma seleção mais criteriosa dos participantes, preferencialmente com uma amostra representativa da população portuguesa. Seria também interessante explorar com a mesma metodologia preconceitos e temores que possam existir e que contribuam para conhecer também a dimensão de estigmatização que possa eventualmente existir e dificultar o processo de inclusão, aceitação, sentimentos de pertença e de coesão em algumas sistemas familiares e escolares.

Para finalizar, será de sublinhar que estudar as representações e o papel que delas decorrerá num âmbito alargado da comunidade, introduz complexidade no conhecimento atual acerca da adoção e constitui, em si mesma, uma forma de abrir a comunicação sobre o fenómeno às diversas instâncias de relação com o mesmo. Neste sentido, não faltarão

implicações práticas a explorar, no sentido de encorajar pais e famílias a comunicar sobre o fenómeno e a serem apoiados a fazer com que a criança se sinta suportada por uma rede social alargada e mais segura na gestão do tão importante processo de comunicação aberta obre a adoção.

### **Referências Bibliográficas**

- Araujo, M.C. (2008). *A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica*. Revista Hospitalidade. São Paulo, julho-dezembro 2008, ano V (2) pp. 98-119.
- Bowlby, J. (1995). Cuidados maternos e saúde mental (V. L. B. de Souza & I. Rizzini, Trads.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1952)
- Código Civil Português, 2010
- Coutinho, C.P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Di Giacomo, P. (1987). *Teoria e métodos de análise de las representaciones sociales*. In D. Paez (Ed.), *Pensamiento, individuo y sociedad, cognición et representación social* (pp.278-295). Madrid: Fundamentos

- Fante, A.P., & Cassab, L.A. (2007). *Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado*, pp. 154-174
- Fisher, Allen P. (2003). *Still “not quite as good as having your own”?* *Toward Sociology of Adoption: Annual Review of Sociology*. 29: 335-367
- Freire, F. (1994). *Abandono e adoção: Contribuição para incentivo de adoção II*. Curitiba: Terre dês Hommes.
- Glacomozzi, A.I., Nicoletti, E., & Godinho, E.M. (2015). *As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção*, pp. 41-64
- Gondim, A.K., & Crispim, C.S., & Fernandes, F.H. T., & Rosendo, J.C., & Brito, T.M.C., & Oliveira, U.B., & Nakano, T.C., (2008). *Motivos dos pais para a prática da adoção*: Boletim de Psicologia, LVIII (129), 161-170.
- ISS, IP (2013) *Guia prático: Adoção*. Lisboa: ISS, IP
- Jodelet, Denise. *La representación social: fenómenos, concepto y teoría*. In: MOSCOVICI, Serge. *Psicología social, II – Pensamiento y vida social; Psicología social y problemas sociales*. Barcelona: Paidós, 1986.
- Kristi, C.M. (2007). *Social stigma and adoptive identity*. Conference papers: American Sociological Association, pp. 1-24.
- Lebourg , P. A. (2012). *Aspetos históricos do instituto da adoção e atual possibilidade de adoção homoafetiva*. Barbacena.
- Link, Bruce G. and Jo C. Phelan. (2001). *Conceptualizing Stigma: Annual Review of Sociology*. 27: 363-385.
- Mascarenhas, M. & Alarcão, M. (2008). *Famílias adotivas e processo de adoção*. In C. Machado & R. Abrunhosa (Eds.) *Violência e vítimas de crimes: crianças* (pp. 229-274). Coimbra: Quarteto.
- Miall, C.E. (1987). *The stigma of adoptive parent status: perceptions of community attitudes toward adoption and the experience of informal social sanctioning*. *Family relations*, 36, 34-39.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris: PUF.
- Moscovico, Serge. *A representação social e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

- Oliveira, A. (2013). *Representações sociais de morte e de suicídio em adolescentes*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal
- Reppold, C.T. & Hutz, C.S. (2003). *Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas*. Estudos de Psicologia, 8 (1), 25-36.
- Roths, I. (2006). *Suicídio juvenil: representações sociais dos médicos e dos psicólogos*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto, Portugal. <http://hdl.handle.net/10216/25614>
- Sêga, R. A. (Julho de 2000). *O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Anos 90, pp. 128-133.
- Vala, J. (2000). *Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano*. In J. Vala, J., & M B Monteiro, (Coords) Psicologia social (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, G.V., & Cortez, A.F. (2014). *Mães que entregam os filhos para a adoção: uma reflexão sobre o mito do amor materno*.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). *Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo*. Revista semestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional, julho-dezembro 2008, 12 (2), 441-449.
- Weber, L.N D. (s.d.). *Da institucionalização à adoção: um caminho possível?*: Revista Igualdade (9)
- Wegar, K. (1997) *Adoption, Identity and Kinship: The Debate over Sealed Birth Records*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Wegar, K. (2000). *Adoption, family ideology, and social stigma: bias in community attitudes, adoption research, and practice*. Family Relations, 49 (4), 363-370.